

1 Aos 8 (oito) dias do mês de março de 2022, às 18 (dezoito) horas e 37 (trinta e sete) minu-
2 tos, instalou-se em plataforma virtual a reunião ordinária do Conselho de Acompanhamento
3 e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – CACS FUN-
4 DEB/BH, com a seguinte pauta: **1)** Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; **2)** Infor-
5 mes; **3)** Deliberação sobre a proposta da presidência em realizar uma sessão plenária ex-
6 traordinária conjunta – Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte (CME/BH) e
7 CACS FUNDEB/BH –, cujo tema é o Plano de Carreira da Educação do Município de Belo
8 Horizonte. A reunião contou com a presença dos seguintes conselheiros: Marcus Vinícius
9 Lindenberg Fróes, Marcelino Cástulo Martins, Milton de Souza Júnior, Cristiane Kataline de
10 Carvalho Fernandes, Alessandra Mariza Gomes Guimarães, Cristina Vieira Guimarães e
11 Leonardo Alves de Souza. Justificaram suas ausências: Elizabeth Raidan, Wagner Alves
12 Pereira, Maria Cristina Silva, Luiz Carlos Bittencourt Silva, Luciane Batista dos Santos e
13 Maria do Carmo da Silva G. O. e Sousa. Contou-se, ainda, com a presença de Vanessa
14 Márcia da Cunha, como servidora de apoio ao Conselho. O Presidente Marcus Vinícius
15 Lindenberg Fróes iniciou a assembleia saudando a todos e solicitando a autorização para
16 a gravação da reunião através de menção no *chat*. Após, passou-se para o primeiro ponto
17 da pauta e o presidente perguntou se havia alguma alteração a ser feita na ata da reunião
18 anterior (14/02/22). Não havendo alterações a fazer, a ata foi aprovada por registro no *chat*.
19 Em seguida, o presidente informou que, até a presente data, não obteve-se resposta da
20 Secretaria Municipal de Educação (SMED) aos ofícios enviados no ano corrente. Ele co-
21 municou que são ofícios importantes em que solicitou-se um conjunto de informações ne-
22 cessárias para a construção da reunião conjunta com o CME/BH, tema do terceiro ponto
23 da pauta, além de outros dados. Ele contou, ainda, que o representante do governo, o
24 Conselheiro Marcelino Cástulo Martins, conversará de forma paralela à reiteração das res-
25 postas através de novo ofício e agradeceu a ele que, em caráter de personalidade, se dis-
26 ponibilizou a intervir no intuito de alcançar o mais breve retorno. Logo depois, o presidente
27 se manifestou a respeito da proposta da realização da sessão plenária conjunta dizendo
28 que, dentre as várias atribuições do CACS FUNDEB, ele tem a importante missão de acom-
29 panhar a utilização dos recursos que compõe o fundo, no que se refere à valorização da
30 carreira dos profissionais em educação de Belo Horizonte. Ele lembrou que os recursos
31 do FUNDEB são utilizados para o pagamento das remunerações desses profissionais caso
32 estejam em exercício nas instituições de ensino do município e que existe uma preocupa-
33 ção no que se refere à construção de uma carreira que lhes proporcione a dignidade ne-
34 cessária durante a sua progressão. Ele esclareceu que os professores são servidores pú-
35 blicos, estatutários, que ingressam na carreira em determinado nível e que dependem da
36 escolaridade (especializações) para o seu progresso na carreira. Pontuou que a cada 1.095
37 dias de efetivo trabalho eles tem direito a fazer uma avaliação de desempenho que propor-
38 ciona o aumento de um nível e, a cada nível elevado, recebe-se 5% a mais no vencimento.
39 Explicou que os professores do Ensino Fundamental iniciam a sua carreira no nível 10 e
40 podem progredir até o nível 26 e que os professores da Educação Infantil começam no nível
41 8 e podem evoluir até o nível 24. Expôs que há uma grande preocupação no sentido da
42 compreensão da lógica e da efetividade da lei que normatiza esta carreira. Anunciou ter
43 sido verificado que, no caso da aposentadoria especial (25 anos de trabalho para as mu-
44 lheres e 30 anos de trabalho para os homens, no magistério), não é possível alcançar o
45 último nível da carreira, principalmente as mulheres; ou seja, para se chegar ao final da
46 carreira com o máximo de remuneração através da lei municipal, o profissional tem que
47 trabalhar mais anos. Desta forma, não existe efetividade dessa lei que não proporciona a
48 plenitude dos seus direitos; seria necessária, inclusive, uma adequação na referida lei. Este
49 tema é o proposto para a reunião conjunta com o CME/BH que também tem entre as suas

50 diversas competências, o acompanhamento da valorização da carreira do profissional da
51 educação, inclusive com a possibilidade de se fazerem propostas. Ele afirmou que foi pen-
52 sado em um trabalho associado ao CME/BH através de uma reunião extraordinária e com
53 a probabilidade de se elaborar um documento após as deliberações. Ele anunciou que já
54 existe uma ideia primordial já consolidada mas que o documento final seria o registro da
55 decisão da plenária. Explicitou, ainda, que a aprovação do referido documento pode ser
56 apenas pelos conselheiros do CACS e, caso isto ocorra, esse conselho pode elaborar um
57 documento ou encaminhar o documento não aprovado pelos demais conselheiros do
58 CME/BH, devido à sua autonomia. Caso haja uma aprovação da maioria dos conselheiros
59 e a concordância dos dois conselhos, o documento produzido seria assinado pelos presi-
60 dentes de ambos os conselhos e encaminhado à secretária de educação e ao gabinete do
61 prefeito. Explicou que seria direcionado ao prefeito porque o tema envolve uma política
62 remuneratória e que, caso haja a sua concordância e a sua aprovação a respeito do conte-
63 údo do documento, ele enviaria um projeto de lei à Câmara Municipal de BH. Posterior-
64 mente, abriu-se às falas para a exposição da opinião dos conselheiros e para que as pos-
65 síveis dúvidas fossem sanadas. Não havendo nenhuma manifestação, o presidente solici-
66 tou que os conselheiros votassem na concordância ou não da sessão plenária extraordina-
67 ria na penúltima quinta-feira do mês de março ou na primeira quinta-feira do mês de abril,
68 às 18h30min, através do registro no *chat*: aprovação ou reprovação da proposta de reunião
69 extraordinária nos termos em que foram apresentados. Obteve-se o seguinte resultado: 3
70 (três) votos a favor da proposta e 2 (duas) abstenções. O Conselheiro Milton de Souza
71 Júnior justificou sua abstenção por não considerar clara a afinidade da reunião com as
72 atribuições do CACS FUNDEB. Ele disse que não sentiu segurança em votar, mas, caso a
73 reunião aconteça estará presente. O presidente explicou que a proposta da reunião con-
74 junta envolve a valorização da carreira que é um item que, inclusive, consta na lei municipal
75 e, portanto, no Regimento Interno do CACS. Neste sentido, e, considerando que nada foi
76 feito para o encaminhamento de proposições, foi feita a proposta da reunião para maximizar
77 os esforços no intuito de que a lei seja alterada e estes profissionais possam atingir o último
78 nível em suas carreiras. Ele afirmou que existe um problema normativo e uma não efetivi-
79 dade e que esta é uma discussão necessária que extrapola a questão sindical; não serão
80 discutidos valores, será debatido o direito destes profissionais quanto à obtenção do último
81 nível no cargo. Ele finalizou dizendo que todos serão informados através dos canais de
82 comunicação assim que a plenária for agendada. Às 19 (dezenove) horas e 03 (três) minu-
83 tos, o Presidente Marcus Vinícius Lindenberg Fróes agradeceu a presença de todos e deu
84 por encerrada a reunião.